



**SEMANA DE ANÁLISE
REGIONAL E URBANA**

MUDANÇAS CLIMÁTICAS:
estratégias de adaptação e mitigação
nos contextos regional e urbano

Trajetória da Intolerância Religiosa: Raízes Históricas, Transformações Contemporâneas e Desafios Sociais

Trajectory of Religious Intolerance: Historical Roots, Contemporary Transformations, and Social Challenges

Camila Ingrid Regis dos Santos Farias

Mestra e doutoranda em Desenvolvimento Regional e Urbano, UNIFACS, Brasil.

Bolsista CAPES/CNPq, Brasil.

Grupo de Pesquisa Políticas e Epistemes da Cidadania/CNPq/UNIFACS, Brasil.

Grupo de Pesquisa Legados Indígenas e Africanos, Relações Étnico-Raciais Contemporâneas e

Legislação Educacional/CNPq/UDESC, Brasil.

E-mail: milla_ingrid001@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em cada capítulo de barbárie na história, a intolerância religiosa se manteve presente, evoluindo conforme as mudanças políticas, culturais e econômicas de cada sociedade. Esse fenômeno, muitas vezes enraizado no etnocentrismo e no desejo de estigmatizar o diferente, culmina em crimes de ódio que ferem a liberdade e a dignidade humana.

No Brasil, as raízes da intolerância religiosa estão profundamente entrelaçadas com o processo de colonização, que moldou a concepção de democracia religiosa e secularismo no país. Desde os primeiros momentos da presença portuguesa, a religião cristã foi utilizada como ferramenta de conquista, dominação e doutrinação, estabelecendo uma hegemonia que persiste até hoje, influenciando as políticas públicas e a sociedade como um todo.

A transformação da intolerância religiosa ao longo do tempo, de um problema social para uma questão de ordem pública, destaca a importância de abordá-la de maneira holística. Isso envolve não apenas a conscientização e a educação em nível social, mas também a formulação de políticas governamentais para garantir a paz e a coexistência harmoniosa entre grupos religiosos diversos.

2 JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS

A persistência da intolerância religiosa ao longo da história e suas transformações contemporâneas destacam a urgência de compreender e combater esse fenômeno. No contexto brasileiro, as raízes coloniais da intolerância e sua evolução até os dias atuais são fundamentais para entender como a hegemonia religiosa impacta a sociedade e molda as políticas públicas. A urgência de abordar esse tema é reforçada pelo aumento das tensões religiosas e pela necessidade de promover uma coexistência pacífica e respeitosa entre diferentes crenças.

Para compreender plenamente a intolerância religiosa, é essencial analisar suas raízes históricas, explorando como a colonização e outros eventos históricos contribuíram para a formação de preconceitos religiosos persistentes no Brasil. Além disso, é necessário identificar as transformações contemporâneas da intolerância religiosa, examinando como ela evoluiu com



as mudanças políticas, culturais e econômicas, destacando os desafios atuais enfrentados por diferentes grupos religiosos.

A partir dessa compreensão, é possível propor soluções eficazes para combater a intolerância, desenvolvendo estratégias que possam ser implementadas em políticas públicas e na sociedade civil para promover a tolerância e o respeito entre diversas tradições religiosas. Por fim, é crucial conscientizar sobre a importância da educação, ressaltando a necessidade de programas educativos que abordem a intolerância religiosa, promovendo uma maior compreensão e empatia entre os cidadãos. Essas ações delineiam a importância de um estudo abrangente sobre a intolerância religiosa, visando não só a compreensão do passado, mas também a construção de um futuro mais justo e harmonioso.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A expressão “intolerância religiosa” tem sido utilizada para descrever um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a crenças, rituais e práticas religiosas consideradas não hegemônicas. Práticas estas que, somadas à falta de habilidade ou à vontade em reconhecer e respeitar diferentes crenças de terceiros, podem ser consideradas crimes de ódio que ferem a liberdade e a dignidade humana. (Nogueira, 2020).

Se mergulharmos nos insights de Goffman (2013) sobre o estigma, torna-se evidente que, no cerne do preconceito, da discriminação, do racismo, de várias fobias e até mesmo da “intolerância religiosa”, reside a urgência de categorizar seres humanos, tudo em prol de reforçar a tendência “natural” ao etnocentrismo.

No âmago da intolerância religiosa, encontra-se a necessidade de estigmatizar, criando uma dicotomia entre o que é percebido como normal, padrão e o que é tido como anormal, não padrão. Estigmatizar, nesse contexto, é um exercício de poder sobre o outro. (Goffman, 1963). É um meio de exclusão, segregação, silenciamento e afastamento do grupo que é considerado como a norma e detentor de prestígio. Isso ressalta que a intolerância religiosa tem sido uma constante na história humana, variando suas formas de acordo com as circunstâncias, mas sempre alimentada pelo desejo de estigmatizar e marginalizar o que é considerado diferente.

Dentro desse amplo espectro, encontramos o preconceito, a discriminação e a intolerância em relação às tradições religiosas de origem africana que enfrentam o racismo. Essas manifestações assumem a forma insidiosa de julgamentos que estigmatizam um grupo, exaltando outro, e conferindo privilégio e hegemonia a um determinado “eu” em detrimento do “outro”. E, muitas vezes, são alimentados pela ignorância, moralismo, conservadorismo e, no momento presente, pelo poder político, culminando em ações prejudiciais e, em alguns casos, até criminosas contra aqueles que seguem crenças não consideradas hegemônicas. (Nogueira, 2020).

Oliveira L. (2002) aborda a intolerância religiosa como uma categoria moral que não se limita à discriminação racial, como frequentemente enfatizada na luta cotidiana. Ele expande essa perspectiva para incluir o que ele denomina de “discriminação cívica”. Este último termo refere-se à negação do reconhecimento de direitos a grupos específicos da população.

No contexto brasileiro, essa dinâmica se manifesta devido à prevalência da avaliação moral sobre os direitos legais, o que converte gestos de reconhecimento em meras demonstrações de 'apreço' e formalidades de respeito, minando a efetiva garantia dos direitos fundamentais. Ao analisar o caso dos religiosos de matriz afro-brasileira como exemplo, é evidente que a referência histórica às violações é interpretada como um tipo de tratamento que nega a dignidade das pessoas. Essa tendência tem um impacto direto na plena garantia dos direitos da cidadania. (Oliveira L., 2002; Miranda et al., 2017). A intolerância religiosa passou de um problema social, relacionado a valores, crenças e costumes, para um problema de ordem



pública. (Gusfield, 1981). Isso significa que o impacto das tensões religiosas se tornou mais amplo, envolvendo não apenas indivíduos, mas também instituições, governos e políticas públicas. Conflitos religiosos podem gerar instabilidade social, violência em larga escala e ameaçar a coesão da sociedade como um todo.

Gusfield (1981) destaca a transformação da intolerância religiosa ao longo do tempo, passando de um problema principalmente social para uma questão que tem implicações significativas na ordem pública. Isso ressalta a importância de abordar a intolerância religiosa de maneira holística, envolvendo não apenas a conscientização e a educação em nível social, mas também a formulação de políticas e ações governamentais para garantir a paz e a coexistência harmoniosa entre grupos religiosos diversos.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa bibliográfica revisa conceitos e autores relevantes sobre a intolerância religiosa, abordando suas raízes históricas, transformações contemporâneas e desafios sociais. Por meio da análise de livros e artigos acadêmicos, busca identificar perspectivas teóricas e metodológicas, consolidando o conhecimento existente e apontando novas direções para investigações futuras. A abordagem crítica das fontes proporciona um quadro teórico fundamentado, com propostas de intervenção voltadas para a minimização dos impactos da intolerância religiosa na sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da intolerância religiosa é um reflexo das complexas interações entre fatores históricos, culturais e sociais. Desde os primórdios da colonização até os desafios contemporâneos, a intolerância religiosa se manifesta como uma força persistente, moldando e sendo moldada por contextos específicos. No Brasil, a herança colonial deixou marcas profundas, influenciando a forma como diferentes crenças religiosas são percebidas e tratadas.

A evolução desse fenômeno destaca a necessidade de um entendimento profundo e abrangente, que considere não apenas os aspectos históricos, mas também as dinâmicas atuais que perpetuam a intolerância. Através de uma abordagem holística, que inclua políticas públicas, educação e conscientização social, é possível promover a convivência pacífica e o respeito mútuo entre diversas tradições religiosas.

Os desafios são muitos, mas a busca por soluções é essencial para garantir a dignidade e a liberdade de crença para todos os indivíduos. A intolerância religiosa não deve ser vista apenas como um problema do passado, mas como uma questão urgente que exige ação contínua e comprometida para a construção de uma sociedade mais justa e harmoniosa.

REFERÊNCIAS

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

GUSFIELD, Joseph. **The culture of public problems**: drinking-driving and the symbolic order, Chicago: University of Chicago Press, 1981.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de et al. Intolerância religiosa: a construção de um problema público. **Revista Intolerância Religiosa**, Rio de Janeiro, Koinonia, 2017.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa**. [S.l.]: Pólen Produção Editorial LTDA, 2020.



**SEMANA DE ANÁLISE
REGIONAL E URBANA**

MUDANÇAS CLIMÁTICAS:
estratégias de adaptação e mitigação
nos contextos regional e urbano

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. **Direito legal e insulto moral:** dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.